

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 17/2011
Período: 25/06/2011 – 01/07/2011
GEDES – Brasil

- 1- Autoridades se manifestam a respeito do fim do sigilo eterno de documentos oficiais e ONU critica a falta de transparência do país
- 2- Site do Ministério da Defesa foi um dos alvos de ataques virtuais e fato suscitou debates sobre novos tipos de guerra no século XXI
- 3- Análise diferencia criação da Comissão da Verdade e revisão da Lei da Anistia
- 4- Satélite brasileiro de defesa deve ser lançado até 2014
- 5- Comando Militar do Leste investiga o desaparecimento de 2000 projéteis
- 6- Brasil e Colômbia devem firmar acordo sobre crimes fronteiriços

1- Autoridades se manifestam a respeito do fim do sigilo eterno de documentos oficiais e ONU critica a falta de transparência do país

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* a presidente Dilma Rousseff defendeu novamente, no dia 24/06/11, o fim do sigilo eterno de arquivos oficiais. A fim de concluir os debates acerca do tema, a presidente deve solicitar à sua base no Senado que aprove o texto sancionado pela Câmara dos Deputados, cujo teor consta que os documentos considerados ultrassecretos poderão permanecer em sigilo por um prazo máximo de 50 anos. A proposta inicial, realizada na gestão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, era a de que não houvesse limite temporal para prorrogação do sigilo desses documentos. Entretanto a proposta foi modificada, estabelecendo o prazo de 50 anos, decisão que, segundo o jornal, desagradou a políticos, entre os quais os senadores e ex-presidentes da República Fernando Collor de Mello e José Sarney. A pressão de opositores levou o governo a repensar sua decisão e declarar inicial apoio à proposta inicial. Todavia, no dia 22/06/11, Ideli Salvatti, ministra de Relações Institucionais do governo, asseverou que o Senado vai aprovar a decisão deliberada pela Câmara. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Renan Calheiros confirmou a declaração da ministra e informou que a votação da Lei de Acesso à Informação deve ocorrer até o dia 15/07/11. De acordo com os periódicos *Folha* e *O Estado*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou no dia 27/06/11 que, caso a proposta de abertura de documentos sigilosos seja aprovada pelo Senado, as Forças Armadas não serão afetadas, pois os papéis referentes ao período do regime militar (1964-1985) não existem mais. Segundo o ministro, levantamentos anteriores já demonstraram o desaparecimento dos arquivos, os quais teriam sido “consumidos” à época do regime. Conforme noticiado pelos jornais, a maior preocupação das Forças Armadas com o fim do sigilo ocorreria devido à informação sobre tecnologias ligadas à segurança nacional, que, por sua vez, já se encontram protegidas pelo projeto de lei. Segundo o *Estado*, os fatos históricos que possivelmente poderiam causar mal-estar nas relações com os países vizinhos – como o caso da Guerra do Paraguai (1864-1870) – também foram

protegidos sob a justificativa de que seus detalhes seriam considerados de ordem pública. Em coluna opinativa ao *Estado*, Carlos Alberto di Fraco, criticou negativamente o “secretismo de Estado” em relação à tentativa de manter sigilosos os arquivos. Na visão do professor de ética, “o sigilo eterno é uma forma perversa de supressão da História”. Por outro lado, em entrevista à *Folha*, Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a manutenção do sigilo eterno. Para Peluso, “há certos dados sigilosos que podem pôr em risco a segurança do Estado”, pois seus inimigos poderiam se aproveitar dessa abertura. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 01/07/11, a Organização das Nações Unidas (ONU) asseverou o Brasil de que a manutenção do sigilo dos arquivos da ditadura viola as obrigações assumidas pelo Estado em âmbito internacional. A Alta Comissária das Nações para os Direitos Humanos, Navi Pillay, criticou duramente a “resistência no Brasil em lidar com seu passado e a forma pela qual informações de Estado estão sendo tratadas”, afirmando que as autoridades estariam ajudando a “enterrar evidência”. A ONU também considera longos os prazos adotados pelo país para abertura dos documentos e, segundo Pillay, “o direito ao acesso à informação é especialmente importante para prevenir corrupção, promover transparência dos processos públicos e a modernização do Estado, assim como resolver casos onde violações aos direitos humanos tenham sido cometidos”. A Alta Comissária se propôs a enviar comunicado oficial para que as autoridades brasileiras revejam suas posições em relação à Lei de Anistia e ao sigilo dos documentos. De acordo com o mesmo jornal, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se manifestou contrário à manutenção do sigilo eterno dos documentos públicos, apesar de ter sancionado o decreto que o determinou. O ex-presidente da República afirmou ter assinado o decreto sem ter conhecimento do conteúdo e que pretende persuadir José Sarney a mudar de opinião quanto à manutenção do sigilo eterno. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 27/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 28/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 01/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/06/11; O Estado de S. Paulo – Opinião – 27/06/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/06/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/07/11)

2- Site do Ministério da Defesa foi um dos alvos de ataques virtuais e fato suscitou debates sobre novos tipos de guerra no século XXI

De acordo com notícia veiculada no periódico *Jornal do Brasil* hackers vinculados ao grupo Lulz Security Brasil (LulzSec) invadiram, no dia 25/06/11, os sites do Ministério da Defesa, da Cultura, e da Saúde. O grupo divulgou o ato pelo seu perfil no microblog Twitter. Apesar de não existirem dados acerca de vazamento de informações, a Polícia Federal afirmou que está averiguando os casos. O governo brasileiro tem sido questionado pela oposição sobre a precária segurança dos sites governamentais. Em função dos ataques virtuais, os debates sobre ameaças cibernéticas voltaram a ser suscitados. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa discorreu acerca dos impactos dos avanços tecnológicos nos conceitos e nas estratégias tradicionais de guerra. No que diz respeito ao Brasil, afirmou que o país encontra-se em estágio inicial em relação à segurança cibernética, quando comparado a países como os Estados Unidos e apontou que, apenas recentemente, o país teria feito suas primeiras aquisições de veículos aéreos não tripulados (Vants) – equipados

com microcâmeras, capazes de ameaças a longas distâncias – para fins de monitoramento das fronteiras amazônicas. Adicionou ainda que a tecnologia começou a ser desenvolvida pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) recentemente e conta com a instalação nos veículos de radares ultrassofisticados. De acordo com o colunista, o governo brasileiro já teria dado início à adoção de medidas de proteção contra ataques cibernéticos, porém, defendeu que o assunto seja tratado com primazia, visto que afeta diretamente a segurança nacional. Assim como as questões nuclear e espacial, a cibernética foi considerada prioridade na Estratégia Nacional de Defesa. (Jornal do Brasil - Premium - 25/06/11; O Estado de S. Paulo – Opinião – 28/06/11)

3- Análise diferencia criação da Comissão da Verdade e revisão da Lei da Anistia

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* tratou da criação da Comissão da Verdade, órgão que, aprovado por lei, deverá elucidar crimes e violações aos direitos humanos no país entre os anos 1946-1988. Segundo o jornal, há um desejo da presidente Dilma Rousseff em antecipar essa votação, porém, a medida requer atenção. O editorial afirmou a necessidade de “debate sobre as atribuições e a forma de funcionamento dessa comissão” e criticou o sigilo que alguns dados venham a sofrer devido a seu caráter secreto e/ou seu poder de exposição. O constante adiamento da construção desse órgão também foi criticado, já que, transcorridos 26 anos do regime militar (1964-1985), muitas informações ainda não foram reveladas. O jornal apontou alguns avanços durante esse período, entre eles, a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, em 1995, todavia, mencionou que grande parte dos desaparecidos não possui registro. Por último, o editorial diferenciou as atividades da Comissão da Verdade dos pedidos para revisão da Lei de Anistia e recordou que, em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) optou por manter o texto original de 1979, o qual cita que “será sinal de maturidade do país” o tratamento diferenciado a cada uma das questões. (Folha de S. Paulo – Editorial – 27/06/11)

4- Satélite brasileiro de defesa deve ser lançado até 2014

Segundo notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa Nelson Jobim, anunciou, em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, no dia 29/06/11, a pretensão brasileira de lançar um satélite geoestacionário até o ano de 2014. O satélite teria o propósito de interligar os sistemas de defesa no território brasileiro, permitindo a comunicação direta de Brasília com pelotões de fronteira e o envio de imagens de áreas pouco acessíveis. O projeto, que ainda depende de uma aprovação final do governo federal, possui orçamento aproximado de R\$700 milhões. De acordo com o periódico, atualmente, canais de um satélite mexicano são alugados para tal finalidade. Jobim declarou que o satélite é vital para a segurança nacional. (Jornal do Brasil – Ciência e Tecnologia – 30/06/11; Jornal do Brasil – Anna Ramalho – 30/06/11)

5- Comando Militar do Leste investiga o desaparecimento de 2000 projéteis

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Comando Militar do Leste, situado na cidade do Rio de Janeiro, iniciou investigação sobre o desaparecimento de 2000 projéteis de grosso calibre da Escola de Comunicações. A falta dos mesmos foi

constatada durante uma recontagem de rotina, no dia 27/06/11. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/07/11)

6- Brasil e Colômbia devem firmar acordo sobre crimes fronteiriços

Em coluna opinativa para o *Jornal do Brasil*, a jornalista Anna Ramalho divulgou que o ministro, por ocasião de audiência pública promovida pela Comissão de Relações e Defesa Nacional no Senado, no dia 29/06/11, revelou a senadores que estaria firmando acordo de cooperação com a Colômbia para combater crimes ocorridos em regiões fronteiriças e que, posteriormente, o acordo poderá se expandir a países vizinhos. (Jornal do Brasil – Anna Ramalho – 30/06/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)